

O Presidente da AEPET, engenheiro Ricardo Maranhão, enviou correspondência ao Presidente da Petrobrás, engenheiro Joel Mendes Rennó, solicitando pronunciamento sobre a presença de consultorias instaladas no próprio prédio da Petrobrás e com acesso indiscriminado aos dados da empresa. A correspondência foi enviada no dia 18 de agosto, mas até agora não houve qualquer manifestação por parte da presidência da Petrobrás.

Leia abaixo o texto integral da carta:

A última novidade do processo de desnacionalização da economia, coincidente com o período da privatização do Sistema TELEBRÁS, é a preparação para a alienação de 31,72% das ações ordinárias da PETROBRÁS até o limite estabelecido em lei.

Por conta disso, o BNDES promoveu recentemente a formação de um consórcio chamado "Associação PETROBRASIL" para avaliar a Companhia e o valor de mercado das ações. Tivemos conhecimento que há mais de um mês tal consórcio está instalado dentro do próprio EDISE. Ocupa parte do 12º andar, em área exclusiva, com acesso restrito, totalmente reformada e acarpetada com recursos da Companhia, abrigando consultores, nacionais e estrangeiros, que têm como objetivo o levantamento de informações sobre a Companhia.

Fazem parte deste "pool": a Rothschild, Roger Wells, Gaffney Cline, Merrill Lynch, Mattos Filho, BKR e BNDES. Utilizam os terminais de computação, a rede INTRANET, o sistema de telefonia e outros recursos de informação da Companhia, e,

principalmente, ferem o direito econômico previsto na legislação. Enviaram carta à Petrobrás indicando a relação de profissionais com direito a crachás especiais de identificação e uma relação das informações necessárias para realizar seu trabalho.

Com o total beneplácito da direção da PETROBRÁS, estão promovendo uma verdadeira devassa na Empresa, coletando informações estratégicas, com os gerentes de todos os escalões sendo obrigados a responder a um longo questionário com informações que vão desde o número e idade dos empregados de cada órgão até o mapa das reservas, o plano de investimentos da companhia para os próximos anos, informações sigilosas sobre reservas, campos em produção, investimentos em refino e transporte etc. O SEFIN foi encarregado para cobrar dos demais órgãos a colaboração na entrega das informações ou "processo de diligência", termo que vem sendo aplicado.

Gostaríamos de lembrar ainda que:

1) A Rothschild faz parte de um consórcio com o ABN Amro Bank para

"Trata-se de um dos maiores atentados à Nação Brasileira, aos acionistas minoritários e à PETROBRÁS"

ampliação da produção no Campo de Marlim, na Bacia de Campos, com valor de investimento da ordem de US\$ 1,5 bilhão. Portanto, como parte interessada nos negócios da PETROBRÁS, ela terá acesso a informações privilegiadas que outras candidatas a parcerias não terão. Portanto, não deveria fazer parte da Associação PETROBRASIL, cuja objetivo é justamente avaliar a empresa para eventuais compradores.

2) Em 17/08/98, o presidente da República disse à imprensa: "estamos marchando para uma parceria madura e responsável entre os setores público e privado. Houve épocas em que os contatos eram furtivos, esquivos, entre o poder e o empresariado. Não é assim comigo. Os contatos são públicos, assim como são públicos com todos os demais segmentos da sociedade, porque temos um programa". (O Globo, 18/08/98). Até o presente momento não foi emitido nenhum documento oficial da PETROBRÁS ou do governo, esclarecendo o assunto.

3) A consultora Gaffney, Cline & Associados fez o mesmo trabalho com a YPF na Argentina. Fez a avaliação das reservas de óleo e gás no país, estimando a duração das reservas. A avaliação feita foi colocada sob suspeita posteriormente, visto o fato destes valores terem sido aumentados significativamente após o processo de privatização.

4) Quando em outubro de 1992 foi promulgada a Lei No. 24.145 na Argentina,

que transferiu a propriedade das jazidas para as províncias e determinou a privatização da YPF, foi escolhido para a venda das ações o consórcio formado pelos bancos First Boston, Credit Suisse e Merrill Lynch.

A "caixa preta" só existe na cabeça daqueles que pretendem destruir a PETROBRÁS. Afinal de contas, a empresa presta conta de suas atividades para diversos outros Órgãos e Ministérios! E, agora, escancara, até mesmo, os seus segredos empresariais para entidades estrangeiras, num vergonhoso processo de capitulação e entrega do patrimônio nacional!

Trata-se de um dos maiores atentados à Nação Brasileira, aos acionistas minoritários e à PETROBRÁS.

Tendo em vista a importância do assunto, solicitamos um posicionamento de Vossa Senhoria, de modo a prestar os esclarecimentos à Sociedade Brasileira, dentro do espírito de transparência do Governo Federal acima mencionado. Na hipótese de não vermos atendido esse pleito, reservamo-nos o direito de, na qualidade de acionistas da Petrobrás, ir buscá-los pelos meios legais disponíveis.

Atenciosamente,

Ricardo Moura de Albuquerque Maranhão
Presidente

"Até o momento não foi emitido documento oficial da PETROBRÁS ou do governo, esclarecendo o assunto"



Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Av. Nilo Peçanha, 50 - grupo 2409 Centro - Rio de Janeiro - RJ cep: 20044-900

Tel: (021) 533-1110 Fax: (021) 533-2134 e-mail: aepet1@ax.apc.org.br

Editado pela Assessoria de Comunicação Social